

# Estudo Técnico Preliminar 146/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23351.003365/2025-78

## 2. Descrição da necessidade

A necessidade de contratação deste serviço pauta-se no fato de o Instituto Federal Catarinense - IFC não possuir em várias de suas unidades veículos para transporte de estudantes e nem possuir em seu quadro de servidores o cargo de motorista.

Conforme os PPCs dos cursos, Planos de Ensinos, e Planos de Aula, para que ocorram visitas técnicas e viagem de estudos, aptas a solidificar o ensino teórico, torna-se necessário a contratação de um serviço de fretamento de viagens para atender essas demandas desta Instituição de Ensino.

O serviço pretendido possui natureza continuada, de acordo com o art. 15 da IN n. 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, pois favorece o planejamento de longo prazo das atividades acadêmicas e administrativas, permitindo maior previsibilidade orçamentária e facilitando a gestão institucional. A segurança e a pontualidade no transporte são fatores determinantes para o bom andamento das ações planejadas, sobretudo em eventos externos e em visitas com compromissos previamente agendados.

A ausência de transporte adequado compromete a democratização do acesso às oportunidades formativas externas, gerando desigualdade entre os estudantes que poderiam participar de eventos e visitas técnicas. A contratação do serviço de fretamento, portanto, é uma ação estratégica para garantir a equidade no processo educacional, promovendo a inclusão e assegurando que todos os alunos possam participar das atividades extraclasse previstas no planejamento pedagógico.

O serviço a ser licitado caracteriza-se como necessidade permanente dos Campus do IFC, sendo fundamental para realização das atividades em atendimento aos PPCs dos cursos, Planos de Ensinos, e Planos de Aula, para que ocorram visitas técnicas e viagens de estudos na formação escolar dos discentes, além de viagens administrativas, caso seja necessidade da Instituição de Ensino para que a atividade fim seja plenamente contemplada.

Cita-se que a falta ou interrupção na prestação dos serviços de fretamento pode impactar de forma contundente na qualidade e no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como nas atividades administrativas dos Campus do IFC.

A contratação de serviço de Fretamento visa atender às demandas de transporte de servidores e discentes do IFC, para participação em reuniões administrativas, eventos acadêmicos diversos, visitas técnicas, congressos, exposição de projetos de pesquisa, e demais atividades extra do IFC, que são realizadas no decorrer do ano letivo. As viagens técnicas fazem parte da grade curricular das disciplinas dos cursos, e possuem grande importância na formação de cada aluno, visto que oportuniza o conhecimento prático em disciplina integrante do Currículo do Curso.

O objetivo da realização de viagens técnicas é complementar atividades de ensino e proporcionar importantes experiências práticas de aprendizagem aos alunos, com vistas a atender a um dos objetivos da criação dos Institutos Federais disposta no II da Lei 11.892 de 2008: desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.

Outro aspecto relevante é a contribuição dessas atividades externas para o fortalecimento do vínculo entre os estudantes e os conteúdos abordados em sala de aula, proporcionando vivências que ampliam a compreensão teórica e despertam maior interesse e engajamento dos discentes. Além disso, essas experiências favorecem o desenvolvimento de competências socioemocionais, como trabalho em equipe, autonomia e responsabilidade.

A contratação do serviço se justifica, tendo em vista a constante necessidade de locomoção de servidores e alunos, para realização das atividades administrativas e acadêmicas, e veículos oficiais que estão velhos, sem condições de realizar viagens longas. Os benefícios diretos com a contratação desse serviço estão em proporcionar o deslocamento de servidores e discentes de maneira segura, visto que a frota veicular do IFC Campus Concórdia para esta finalidade possui mais de 25 anos e não tem mais liberação para transitar. Registre-se também, os benefícios indiretos na contratação de empresas especializadas e que já possuem experiência e estrutura necessária para prestação do serviço.

Deve ressaltar que o investimento em transporte terceirizado especializado está alinhado com práticas de gestão eficiente da Administração Pública, permitindo que o Instituto concentre seus esforços em sua atividade-fim — o ensino, a pesquisa e a extensão.

—, enquanto delega a terceiros uma atividade meio que exige logística, manutenção veicular e gestão de recursos humanos especializados.

Considerando o planejamento anual de atividades institucionais que contemplam a realização de viagens técnicas, instrumento fundamental para a formação prática, o aperfeiçoamento profissional e a integração entre teoria e prática no processo de ensino e desenvolvimento de projetos, faz-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte em ônibus.

Essas viagens requerem o deslocamento de grupos organizados a diferentes localidades, frequentemente fora do perímetro urbano exigindo veículos em condições adequadas de conforto, segurança e confiabilidade, com motoristas devidamente habilitados e regularizados conforme as normas vigentes.

Vale destacar que o serviço de fretamento também movimentará a economia local e regional, ao contratar empresas que gerem empregos e renda em seus municípios. Essa medida contribui para o desenvolvimento sustentável e fortalece parcerias institucionais promovendo uma relação mais estreita entre o IFC e a comunidade ao seu redor, em consonância com a função social da instituição.

A terceirização desse serviço é necessária para realização das tarefas descritas tendo em vista que os veículos de transporte que possuímos são antigos e não comportam a realização de viagens longas. Ao passo que, a maioria dos Campi não possuem no quadro de servidores, o motorista. Trata-se de atividade vinculada à estrutura e à operação dos atendimentos prestados à sociedade pelo IFC de acordo com o contido DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Importa registrar, ainda, que a principal missão das atividades-meio e apoio operacional é garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente, flexível, fácil, segura e confiável, que é a manutenção do Ensino, Pesquisa e Extensão.

Desta forma, esta contratação está inserida na filosofia que norteou o governo federal a implementar o recurso à terceirização dos serviços considerados auxiliares ao serviço público, cuja finalidade pode ser resumida em desobrigar o Estado de executar atividades finalísticas, retomando seu papel de legislar, regular, julgar, policiar, fiscalizar, definir políticas e fomentar, tornando-o mais ágil em suas ações, definindo que as atividades consideradas auxiliares devem ser preferencialmente executadas pelo setor privado, que tem melhores condições para investir em recursos materiais e mobilização e desmobilização de capital humano, visando oferecer prestação de serviços de qualidade.

Diante da natureza do serviço e da obrigatoriedade legal imposta pela Lei nº 14.133/2021, a contratação deverá ser realizada por meio do processo licitatório, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade e eficiência visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A licitação permitirá a análise técnica de propostas que atendam aos requisitos específicos do serviço, como a disponibilidade de frota compatível, documentação regular, seguro de passageiros, manutenção preventiva dos veículos e experiência comprovada da empresa contratada. Dessa forma, justifica-se a contratação, por meio de licitação, do serviço de transporte com ônibus para atendimento das demandas de viagens técnicas, sendo esta a medida mais adequada para garantir a legalidade, a transparência e a eficiência na utilização dos recursos públicos.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão - Campus Concórdia	Fábio André Negri Balbo
Direção Geral - Campus Abelardo Luz	Elodir Lourenço de Souza
Direção Geral - Câmpus Fraiburgo	Vanderlei Cristiano Juraski
Direção Geral - Campus Luzerna	Mario Wolfart Junior
Direção Geral - Campus Videira	Manassés Ribeiro

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### Requisitos da Contratação

Nesta contratação, a prestação dos serviços de fretamento deverá seguir às diretrizes da Agência Nacional de Transporte Terrestre ANTT, atender a Resolução ANTT no 4.777 DE 06/07/2015 e suas atualizações, o Decreto no 1.342, de 22 de junho de 2021 do Governo do Estado de Santa Catarina e, no que couber, ao Guia Nacional de Contratos Sustentáveis da Advocacia Geral da União - AGU, 6a Edição, de Setembro de 2023.

A qualificação técnica deverá ser comprovada por meio de:

- Apresentação de Termo de Autorização de Fretamento, concedido pela Diretoria da ANTT, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União - D.O.U; para mais informações,
- Será aceito o Certificado de Registro de Fretamento – CRF em substituição ao Termo de Autorização de Fretamento – TAF até a data de seu vencimento.
- Apresentar a relação dos veículos a serem utilizados na prestação do serviço, conforme modelo no anexo V, acompanhada de cópia dos respectivos Certificados de Registro de Licenciamento de Veículo – CRLV.
  - Dispor de frota mínima de 2 (dois) veículos: (2 (dois) Ônibus ou 1 (um) Ônibus e 1 (um) Micro Ônibus), com características de transporte coletivo de passageiros, conforme consta no CRLV.
- Apresentar Alvará de licença de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal sede do licitante.

A comprovação da qualificação técnica será estendida às empresas subcontratadas.

A cada viagem

- Apresentar o Certificado de Segurança Veicular – CSV, expedido para veículo em inspeção da ANTT, conforme portaria do DENATRAN,

Conforme o § 4, do inciso III, do Artigo 11, da Resolução nº 4.777 de 06/07/2015, os veículos zero-quilômetro será dispensado de apresentar o CSV pelo período de 1 (um) ano após a sua compra, devendo apresentar cópia da Nota Fiscal do chassi.

- Dados do veículo disponibilizado e Apólice de Seguro do veículo contratado para ser aprovado pela fiscalização;
- É responsabilidade da contratada assegurar que os veículos utilizados nas viagens estejam com revisões mecânicas em dia, apresentem boas condições de higiene e conforto, e estejam equipados com os dispositivos de segurança exigidos pela legislação vigente, como cintos de segurança, extintores de incêndio, martelos de emergência, entre outros. A ausência desses requisitos poderá acarretar a recusa da prestação do serviço, sem prejuízo das sanções previstas em contrato.
- Os serviços somente poderão ser prestados por condutores dos veículos (motoristas) cadastrados pelas Empresas Permissionárias ou Autorizatórias de serviços outorgados pela ANTT (CNAE 4922-1/02 e 4922-1/03);
- A comprovação da habilitação dos motoristas será estendida às empresas subcontratadas.
- Cabe à contratada garantir que todos os motoristas estejam devidamente treinados para atendimento ao público, incluindo normas básicas de cordialidade, condução defensiva e primeiros socorros. A Administração poderá solicitar comprovação periódica de participação dos condutores em treinamentos ou capacitações compatíveis com as atividades exercidas.

**Será permitida a subcontratação até o limite de 30% do valor total do Contrato.**

Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes do serviço, quando houver a ocorrência de mais de uma viagem no mesmo espaço de tempo, em trechos que empreguem quantidades de veículos e serviços superiores à frota.

Tal faculdade fica condicionada à comprovação da situação por parte da contratada (demanda) frente a sua frota de veículos (capacidade operacional), e a aceitação e autorização prévia por parte do Fiscal do Contrato ou demandante dos serviços, desde que mantidos e garantidos os mesmos critérios de qualidade, documentos e especificação dos veículos.

A Contratada deverá apresentar à Fiscalização a documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A subcontratada deverá apresentar todos os documentos do Pedido de Viagem antes da prestação do serviço.

A contratada permanecerá responsável por qualquer dano causado pela empresa subcontratada, aos passageiros e aos bens transportados.

A emissão da Nota Fiscal deverá ser efetuada pela CONTRATADA e os pagamentos serão efetuados única e exclusivamente em favor da CONTRATADA.

#### **Formação de grupos por Campus:**

O agrupamento dos itens para cada Campus, é necessário, em função da similaridade dos serviços prestados, que caso fossem licitados em separado poderiam acarretar na perda da economia em escala, visto tratar-se de objetos similares, que conforme verificado na pesquisa de mercado, são ofertados na totalidade pelas Empresas da área. Para além, a contratação em parte dos itens, oneraria a Administração em maiores custos, pois a cada novo contrato estão inclusos despesas operacionais e, ainda, poderia resultar em contratar somente parte do objeto, não atendendo neste caso, as necessidades Administrativas.

A licitação dos itens em conjunto visa atribuir a uma única empresa a responsabilidade pela qualidade dos serviços executados, bem como a viabilidade técnica e econômica que dirige o processo decisório, respeitando assim a integridade qualitativa do objeto a ser executado, bem como uma interação entre as diferentes fases dos serviços, uma maior facilidade dos prazos estabelecidos e permitindo, ainda, a penalização eficiente desta empresa pelos dias de não execução dos serviços, além de reduzir os prejuízos imputados à Instituição pelo atraso na execução do objeto ou ao meio ambiente.

Também auxilia no controle, fiscalização e penalização da contratada em casos de não execução ou execução parcial das atividades. Conforme o artigo 3º da IN 06/2013 os serviços distintos podem ser licitados e contratados conjuntamente. Há de se considerar os custos envolvidos na elaboração processual de uma contratação, o que denota que o parcelamento desses processos não é economicamente viável.

Também, justifica-se o agrupamento dos itens em um único contrato em razão da dificuldade enfrentada recentemente pela administração na gestão dos mais diversos contratos, considerando o quadro reduzido de servidores que possam atuar na fiscalização destes contratos.

## **5. Levantamento de Mercado**

Para atender as necessidades de viagens técnicas e de estudos, e para deslocamento para eventos institucionais, após prospectar o mercado, nota-se, o fretamento é um serviço comumente contratado pelos Órgãos Públicos e o mais adequado para o caso concreto.

Adquirir ônibus e contratar motoristas para ficar à disposição são uma possibilidade. Trata-se, todavia, de alternativa muito mais onerosa aos cofres públicos, pois demandam, respectivamente, verba de investimento para aquisição, infraestrutura de guarda destes veículos, cronograma de manutenção periódica. No que toca ao motorista, trata-se de cargo em extinção na Administração. Assim, há que se realizar licitação específica para esta contratação. Há, ainda, salário mensal, custeio de diárias e hospedagem, ações de contingência em caso de afastamentos, gestão de contrato, gestão de conta vinculada, responsabilidade subsidiária por encargos trabalhistas eventualmente não pagos etc.

Adicionalmente, a adoção de frota própria acarreta um aumento significativo na complexidade administrativa da instituição, que passaria a gerir diretamente uma estrutura de transporte, desviando esforços que poderiam ser melhor aplicados em suas atividades analíticas de ensino, pesquisa e extensão. Isso contraria o princípio da eficiência.

Outra possibilidade são os pacotes de viagens. Porém, não há que se falar neles. Dada a gestão descentralizada do IFC e a autonomia dos campus, não há um calendário/cronograma fechado no Instituto Federal Catarinense a contemplar, de antemão, todas as necessidades de viagens e respectivos destinos. Ademais, os pacotes de viagens são suscetíveis à sazonalidade, o que pode implicar na elevação dos preços em determinadas épocas do ano, bem como na indisponibilidade deles.

Também se observa que os pacotes fechados não permitem a personalização de rotas e horários, característica essencial para viagens acadêmicas e técnicas, cujos destinos e períodos muitas vezes estão condicionados à disponibilidade de parceiros institucionais, empresas visitadas ou mesmo condições climáticas e de produção agropecuária.

Registra-se, as viagens são estimadas. Assim, questões imponderáveis e de natureza orçamentária, podem influenciar a tomada de decisão acerca do número de viagens e possíveis alterações de roteiro a ocorrer durante a vigência do contrato. Inviável, portanto, definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Diante de todo o exposto, temos que a realização de licitação para fretamento é a melhor solução.

A unidade de medida da contratação será o quilômetro rodado porque neste formato fica garantida uma maior flexibilidade para a programação das viagens.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução é a Contratação de serviços de empresa especializada em prestação de serviços para transporte rodoviário de passageiros, sob o regime de fretamento, para atender às eventuais demandas dos Campus Concórdia, Abelardo Luz, Fraiburgo, Luzerna e Videira.

**Os serviços, objetos desta contratação, são caracterizados como comuns**, porque as respectivas características para contratação são amplamente localizadas no mercado.

**O serviço é enquadrado como continuado**, porque existe uma necessidade permanente de um contrato em vigência para atendimento das necessidades pontuais, já previstas anualmente e, também, das necessidades eventuais que surgem no decorrer de sua vigência;

**O regime de execução ocorrerá por Empreitada por preço unitário**, pois este tipo de regime destina-se aos serviços que devam ser realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas. Não se exige o mesmo nível de precisão da empreitada por preço global/integral, em razão da imprecisão inerente à própria natureza do objeto contratado que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, em razão de fatores supervenientes ou inicialmente não totalmente conhecidos. Assim, pode-se afirmar que a conveniência de se adotar o regime de empreitada por preço unitário é aplicável a esta contratação pois existe um nível de incerteza sobre o quantitativo exato do objeto a ser contratado.

O objeto da contratação estava previsto no Plano de Contratações Anual (2024) pois trata-se de pregão institucional para atendimento das demandas relacionadas às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, porém os itens, restaram fracassados para alguns dos Campus participantes.

Será permitida a subcontratação até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, nos termos do Artigo 122 da Lei nº 14.133, de 2021;

Os requisitos da contratação são estendidos às empresas subcontratadas;

Não será exigida a garantia da contratação, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, porque mesmo tratando-se de um contrato com vigência de doze meses, com possibilidade de prorrogação até 120 meses: a execução dos serviços é eventual, conforme demanda.

Conforme os PPCs dos cursos, Planos de Ensinos, e Planos de Aula, para que ocorram visitas técnicas e viagem de estudos, torna-se necessário a contratação de um serviço de fretamento de viagens para atender essas demandas desta Instituição de Ensino.

Para a prestação dos serviços, é de inteira responsabilidade da CONTRATADA atender toda a legislação vigente e atualizada, cumprir com todas as documentações regulamentadas nas resoluções, normas técnicas vigentes e atualizadas relacionadas com o Código de Trânsito Brasileiro, licenças, guias de transporte e autorizações, que regulamentam viagens municipais, intermunicipais, interestaduais e internacionais. Deve atender as orientações da Agência Nacional de Transporte Terrestre ANTT, a Resolução ANTT Nº 4777 DE 06/07/2015 e suas atualizações.

A CONTRATADA deverá ser responsável pela contratação de motorista. Esse deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com o veículo e com vigência dentro da validade. O motorista deverá se apresentar sempre de forma asseada, com pontualidade, com uniforme da empresa, e com crachá de identificação.

A CONTRATADA será responsável por todas as despesas do motorista durante a viagem, tais como: diárias, alimentação, salário e encargos trabalhistas, previdenciários, seguro e demais despesas pertinentes.

O(s) pedágio(s) durante o trajeto das viagens, o abastecimento do veículo, o conserto do veículo por conta de imprevistos e acidentes ocorrerão por conta da CONTRATADA.

O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano sendo prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Além de garantir a regularidade e a legalidade das atividades acadêmicas e administrativas que envolvem deslocamento de servidores e estudantes, a contratação de empresa especializada assegura maior segurança, conforto e confiabilidade nas viagens realizadas. Trata-se de medida estratégica para garantir a efetividade das atividades de campo, visitas técnicas e participação em eventos institucionais nos quais são componentes essenciais dos currículos dos cursos ofertados pelo IFC.

#### **Modelo de execução dos serviços:**

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

O Campus do Instituto Federal Catarinense – IFC, informará à CONTRATADA, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, a data, horário e o itinerário da viagem intermunicipal e interestadual que será realizada.

a) Os prazos de contratação das viagens poderão ser reduzidos, quando solicitados formalmente (e-mail ou mensagens eletrônicas), mediante aceitação e disponibilidade de veículo e motorista da CONTRATADA.

Ficará a cargo do servidor (a) responsável pela viagem o controle da quilometragem percorrida. A quilometragem percorrida de cada viagem será calculada a partir da cidade indicada no Termo de Referência, **conforme anexo ao edital**.

Após o recebimento da Requisição de Transporte ou e-mail, emitida pelo IFC, a contratada deverá:

a) confirmar o agendamento;

b) antes de cada execução do serviço, com antecedência mínima de 72 horas, a empresa deverá indicar e submeter à Instituição para aprovação o nome e a qualificação do profissional que atuará como motorista, podendo ser solicitada por parte do IFC a substituição do profissional, que deverá ser prontamente atendida pela empresa;

c) antes de cada execução do serviço, com antecedência mínima de 72 horas, a empresa deverá indicar e submeter à Instituição para aprovação os documentos NECESSÁRIOS PARA VIAGEM, podendo ser solicitada por parte do IFC a substituição do veículo e/ou motorista, que deverá ser prontamente atendida pela empresa.

A contratada deverá cumprir rigorosamente todos os prazos e horários constantes na Requisição de Transporte.

A contratação dos serviços se dará por quilometragem percorrida “rodada” sem garantia de franquia mensal, pagamento de diárias, alimentação, hospedagem, pedágios ou qualquer outro valor.

O controle e a anotação da quilometragem percorrida em todo o deslocamento ficarão a cargo do servidor responsável pela viagem.

A contagem da quilometragem percorrida em cada viagem será calculada a partir do endereço solicitado no e-mail ou ordem de serviço, considerando que as solicitações de viagens poderão ocorrer de vários Campus.

A CONTRATANTE poderá realizar o cancelamento da viagem. A antecedência do aviso de cancelamento deverá ocorrer com até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário marcado para o deslocamento. A CONTRATANTE, por meio do servidor (a) técnico (a) administrativo ou professor (a) responsável pela viagem, informará a CONTRATADA por meio formal (e-mail ou mensagens eletrônicas) as justificativas do cancelamento.

Para viagens de Ônibus acima de 05:30h (cinco horas e meia) ininterruptas, conforme artigo 67-C da Lei 9503/1997 - Código Brasileiro de Trânsito, a CONTRATADA deverá disponibilizar 02 (dois) motoristas para realizar o percurso.

O ônibus deverá permanecer à disposição dos passageiros, na localidade de destino.

Todos os motoristas deverão estar habilitados em conformidade com o Edital, Termo de Referência, e Anexos.

Caso ocorram viagens simultâneas, a CONTRATADA deverá disponibilizar o número de veículos necessários para o correto deslocamento.

Na proposta de preços por quilômetro rodado, deverão estar inclusos todos os gastos relativos à viagem, incluindo combustíveis, pedágios, alimentação e estadia dos motorista, taxas de estacionamento, limpeza do veículo bem como todos os impostos, seguros obrigatórios e encargos trabalhistas e previdenciários.

#### **DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente Serviço.

Além disso, considerando o valor estimado da contratação, não está presente o grande vulto da contratação, que corresponde aos limites estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021;

Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

#### **DA VEDAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA**

Devido à natureza do serviço e pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral.

#### **Das obrigações da Contratada:**

##### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

A CONTRATADA deverá ser responsável pela contratação de motorista. Esse deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com o veículo e com vigência dentro da validade;

A contratada deverá executar os serviços com veículos próprios, comprovados através da apresentação da CRV e CRLV, registrado no nome da empresa ou em nome do proprietário/sócio da empresa ou, ainda, contrato de comodato, de aluguel ou arrendamento registrados e incluídos no CRV e CRLV do veículo na forma da RESOLUÇÃO Nº 339/2010 - CONTRAN.

A CONTRATADA será responsável por todas as despesas do motorista durante a viagem, tais como: diárias, alimentação, salário, encargos trabalhistas, previdenciários, seguro e demais despesas pertinentes;

O (s) pedágio (s) durante o trajeto das viagens, o abastecimento do veículo, o conserto do veículo por conta de imprevistos e acidentes, correrão por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA é responsável junto aos órgãos competentes (ANTT, DAER, DETER, entre outros) pelas licenças, guias de transporte, autorizações, e demais documentações que regulamentam viagens intermunicipais, interestaduais ou internacionais.

A CONTRATADA é responsável e deverá garantir aos passageiros da viagem o Seguro Obrigatório.

Para viagens de Ônibus, Micro Ônibus ou VAN acima de 05:30h (cinco horas e meia) ininterruptas, conforme artigo 67-C da Lei 9503/1997 - Código Brasileiro de Trânsito, a CONTRATADA deverá disponibilizar 02 (dois) motoristas para realizar o percurso. Todos os motoristas deverão estar habilitados em conformidade com o Edital, Termo de Referência, e Anexos.

A CONTRATADA deverá disponibilizar Ônibus, Micro Ônibus e VAN com no máximo 15 (quinze) anos de fabricação, conforme Incisos I e II do Artigo 15 da Resolução nº 4.777 de 2015, contados a partir da solicitação do serviço da viagem pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA fica obrigada a apresentar documentação que comprove a regularidade do veículo antes de realizar a viagem, caso seja solicitado pelo servidor (a) técnico (a) administrativo ou professor (a) responsável pela viagem.

Os ônibus com mais de 15 (quinze) anos de fabricação deverão ser submetidos à Inspeção Técnica Veicular com periodicidade semestral, devendo os demais veículos serem inspecionados anualmente, conforme Parágrafo único do artigo 16 da Resolução nº 4.777 de 2015.

A CONTRATADA deverá possuir a documentação que comprove a regularidade da Inspeção Técnica Veicular semestral ou anual, em conformidade com a idade do veículo. A CONTRATADA deverá apresentar o documento, caso seja solicitado pelo servidor (a) técnico (a) administrativo ou professor (a) responsável pela viagem.

A CONTRATADA deverá disponibilizar Ônibus, Micro Ônibus e VAN que possua sistema de som e microfone em perfeito estado de funcionamento, limpos e higienizados e com Ar Condicionado.

A contratada será responsável, em todas as viagens, por todos os seguros relacionados ao transporte de bagagens e de passageiros (morte, invalidez, despesas médicas e hospitalares), responsabilizando-se também pelo pagamento dos mesmos.

Todos os veículos devem atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1 de 11/02/1993 e alterações. Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18 de 06/05/1986 e alterações.

A contratada deverá garantir socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com os veículos em viagem, fazendo a devida substituição do veículo contratado por outro que atenda as especificações, em situações em que o mesmo não estiver em condições de trafegar.

A contratada deverá possuir veículo adaptado a passageiro cadeirante ou que poderá disponibilizar veículo adaptado quando demandado.

Os veículos fretados deverão permitir a identificação da CONTRATADA.

Realizar a identificação dos passageiros na forma regulamentar, conforme disposto no art. 15 e o parágrafo único deste mesmo artigo do Decreto nº 1.342 de 2021 do estado de Santa Catarina e art. 23 da Resolução ANTT 4777/2015.

Providenciar assistência aos passageiros, inclusive pagamento de alimentação e pousada, nos casos de interrupção da viagem que a CONTRATADA DER CAUSA OU SEJA RESPONSÁVEL, sem possibilidade de prosseguimento no mesmo dia. Para interrupção acima de 4 (quatro) horas, durante o dia, em horário compreendido entre 07h e 20h, a CONTRATADA deverá realizar o pagamento de refeição para todos os passageiros, no valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Para interrupção após o horário das 20h, e sem previsão de prosseguimento nas próximas 2h que exceder o horário das 20h, a CONTRATADA deverá realizar o pagamento da hospedagem para todos os passageiros em local seguro e compatível com o ambiente escolar (hotéis ou pousadas), em quartos de no máximo 4 pessoas.

Prestar imediata assistência aos passageiros, em caso de acidente de trânsito, assalto ou outras ocorrências envolvendo o veículo ou seus passageiros, e comunicar o fato à ANTT, a polícia, bombeiros, e a CONTRATANTE.

Observar toda legislação pertinente à prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo municipal e interestadual de passageiros realizado em regime de fretamento.

Responsabilizar-se pela segurança da viagem, manutenção, conservação, e preservação das características técnicas dos veículos.

Garantir o cumprimento do roteiro de viagem previsto em caso de pane ou avarias com o veículo.

Orientar o motorista que quando em serviço, deverá apresentar-se identificado.

Proporcionar tratamento prioritário e adequado aos passageiros com deficiência ou com mobilidade reduzida de forma a garantir a eles condição para utilização do veículo com segurança e autonomia, total ou assistida, nos serviços de fretamento, devendo ainda:

Quando do transporte de passageiros com deficiência ou com mobilidade reduzida, deverão dispor de cadeira de transbordo, sem prejuízo de outras alternativas previstas em resolução específica da ANTT.

Adotar, no âmbito de suas competências, as providências necessárias para assegurar instalações e serviços acessíveis.

Divulgar, em local de fácil visualização, o direito a atendimento prioritário de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Proceder à adequação de todos os sistemas de informações destinados ao atendimento de pessoas com deficiência, inclusive auditiva ou visual, garantindo-lhes condições de acessibilidade.

Dispor de veículos equipados com dispositivos sonoros ou visuais, facilmente identificáveis e acessíveis, junto a todos os assentos reservados preferencialmente a passageiros com deficiência ou com mobilidade reduzida, que permitam a sinalização de necessidade de atendimento ao condutor do veículo.

Disponibilizar acesso dos passageiros portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida aos seus equipamentos e ajudas técnicas nos locais de embarque e desembarque de passageiros e em todos os pontos intermediários de parada, entre a origem e o destino das viagens.



Proporcionar gratuita e prioritariamente, mesmo que excedam os limites máximos de peso e dimensões de bagagem, estabelecidos em resoluções específicas, o transporte de todos os equipamentos e ajudas técnicas de usos dos passageiros com deficiência ou com mobilidade reduzida, pois não serão consideradas bagagens.

Obedecer a Resolução nº 4.777, de 06 de julho de 2015 e suas alterações, a Resolução nº 3.871, de 01 de agosto de 2012 e alterações, e outras normas e regulamentações pertinentes ao objeto desta Licitação.

Responsabilizar-se pelas obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes que abrangem a profissão de motorista ou de categoria equivalente, às despesas com tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela AÇÃO OU OMISSÃO de seus motoristas, empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, aos passageiros e à CONTRATANTE.

Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela AÇÃO OU OMISSÃO de seus motoristas, empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, aos passageiros e à CONTRATANTE.

Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependência da CONTRATANTE.

Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

Zelar pela boa e fiel execução dos serviços contratados.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas individualizadas dos participantes por Campus do Instituto Federal Catarinense, constarão no Termo de Referência.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 757.916,67

O Valor total estimado da contratação para os Campus Concórdia, Abelardo Luz, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna e Videira do Instituto Federal Catarinense é de **R\$ 757.916,67** (Setecentos e cinquenta e sete milis, novecentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O serviço de fretamento será executado por demanda, nas quantidades determinadas em cada Pedido de Viagem, o qual será enviado para CONTRATADA pelos Campi Concórdia, Abelardo Luz, Fraiburgo, Luzerna e Videira do IFC.

Justificamos a licitação por grupos para serviços de fretamento por ser a alternativa mais vantajosa para a administração pública garantindo maior eficiência e economicidade.

O agrupamento dos serviços de transporte de pessoas e materiais permite negociar um preço mais competitivo com um único fornecedor e facilita o controle sobre a execução dos serviços.

Além disso, a licitação por lotes reduz a carga administrativa, evita múltiplos processos licitatórios, agiliza o processo de contratação e simplifica a fiscalização.

**Formação de grupos por Campus:**

O agrupamento dos itens para cada Campus, é necessário, em função da similaridade dos serviços prestados, que caso fossem licitados em separado poderiam acarretar na perda da economia em escala, visto tratar-se de objetos similares, que conforme verificado na pesquisa de mercado, são ofertados na totalidade pelas Empresas da área. Para além, a contratação em parte, oneraria a Administração em maiores custos, pois a cada novo contrato estão inclusos despesas operacionais e, ainda, poderia resultar em contratar somente parte do objeto, não atendendo neste caso, as necessidades Administrativas.

A licitação dos itens em conjunto visa atribuir a uma única empresa a responsabilidade pela qualidade dos serviços executados, bem como a viabilidade técnica e econômica que dirige o processo decisório, respeitando assim a integridade qualitativa do objeto a ser executado, bem como uma interação entre as diferentes fases dos serviços, uma maior facilidade dos prazos estabelecidos e permitindo, ainda, a penalização eficiente desta empresa pelos dias de não execução dos serviços, além de reduzir os prejuízos imputados à Instituição pelo atraso na execução do objeto ou ao meio ambiente.

Também auxilia no controle, fiscalização e penalização da contratada em casos de não execução ou execução parcial das atividades. Conforme o artigo 3º da IN 06/2013 os serviços distintos podem ser licitados e contratados conjuntamente. Há de se considerar os custos envolvidos na elaboração processual de uma contratação, o que denota que o parcelamento desses processos não é economicamente viável.

Ainda, justifica-se o agrupamento dos itens em um único contrato em razão da dificuldade enfrentada recentemente pela administração na gestão dos mais diversos contratos, considerando o quadro reduzido de servidores que possam atuar na fiscalização destes contratos e também no fato das empresas atualmente contratadas, não executarem o contrato em sua totalidade, impossibilitando a renovação destes e a nova contratação nos mesmos moldes.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não  
haverão.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

Esta contratação está alinhada com os objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2024/2028:

Objetivo 3 - Promover o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação de forma indissociável;

Objetivo 8 - Consolidar a política de permanência e êxito;

Objetivo 11 - Fortalecer o relacionamento com a sociedade.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Disponibilização do serviço de fretamento de viagens para atender as demandas dos Campi Concórdia, Abelardo Luz, Fraiburgo, Luzerna e Videira, do IFC, previstas nos PPCs dos cursos, Planos de Ensino, Planos de Aula, e atividades de Ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas.

### 13. Providências a serem Adotadas

Instrução processual; levantamento e consolidação das demandas de todo o IFC.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Possíveis impactos ambientais, ainda que mínimos, podem ocorrer. Como exemplo, cita-se: o consumo e descarte de insumos inerentes à atividade ora contratada; a geração de resíduos sólidos; emissão, na atmosfera, de monóxido de carbono, decorrente da utilização dos veículos automotores para movimentação de pessoal, etc. Como medida de mitigação os veículos colocados à disposição para o serviço de fretamento devem seguir as orientações em conformidade com a Agência Nacional de Transportes Terrestre - ANTT, atender a Resolução ANTT No 4777 DE 06/07/2015 e suas alterações, nas Resoluções CONAMA nº 1 de 11/03/1993 e alterações; CONAMA nº 18 de 06/05/1986 e alterações e no que couber ao Guia Nacional de Contratos Sustentáveis da Advocacia-Geral da União – AGU, 4a Edição, de agosto de 2021.

Além disso, no que couber, solicita-se que a contratada adote boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, tais como:

- Utilizar o etanol sempre que possível.
- Adquirir veículos mais eficientes, que respeitem os critérios previstos no Programa de Controle da Poluição por Veículos Automotores (PROCONVE).
- Utilizar o sistema de logística reversa para realizar o descarte dos componentes de troca na manutenção da frota, como as peças e óleo, para uma empresa certificada em logística reversa e comprometida com a responsabilidade compartilhada.
- Adquirir veículos flex, movidos a etanol, ou híbridos, com características menos agressivas ao meio ambiente.
- Utilizar veículos automotores que atendam aos limites máximos de ruídos definidos na Resolução CONAMA no 1/1993 e alterações.
- Utilizar rede de abastecimentos e manutenção com práticas e diretrizes socioambientais onde existem boas práticas relativas ao reuso da água, coleta seletiva de resíduos, descarte ambientalmente adequado de óleo, etc.
- Dar preferência ao abastecimento em postos que estejam no trajeto do transporte que será realizado, sempre que possível, e nos demais casos restringir os deslocamentos para o abastecimento a um raio máximo de 2 km da origem ou do local de destino.
- Realizar treinamento relativo à ecocondução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustíveis e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.
- Desenvolver ações para contribuir com a conscientização no trânsito.

A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável do IFC, que contempla em suas ações a adoção de critérios de sustentabilidade para avaliação e compras de bens, materiais ou serviços em função de seu impacto ambiental, social e econômico.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme estudo realizado.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MAICON SOTORIVA**

Fiscal

**MARCIONEI SOLMIR VERRUCK**

Fiscal

**FABIO ANDRE NEGRI BALBO**

Requisitante

**HORALDO ANTONIO BRANDALISE**

Equipe de Planejamento

**ANDRE MEINE**

Equipe de Planejamento

**SOLANGE TEREZINHA FARINA**

Equipe de Planejamento

**IVANETE MARIA DE OLIVEIRA**

Equipe de Planejamento

**JUCELE GRANDO**

Equipe de Planejamento

Despacho: A Autoridade Máxima do Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia, no uso de suas atribuições legais aprova o presente Estudo Técnico Preliminar

**ALESSANDRA CARINE PORTOLAN**

Autoridade competente